

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Romeu Felipe Bacellar Filho 17

INTRODUÇÃO 27

PARTE I – A CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, POLÍTICA E NORMATIVA DO PRINCÍPIO 39

1.1 Origem e desenvolvimento teórico do princípio na doutrina brasileira 41

1.1.1 Antecedentes doutrinários e a formulação originária de Celso Antônio Bandeira de Mello..... 42

1.1.2 O desenvolvimento da teoria 56

1.1.3 A acolhida da doutrina brasileira 68

1.2 Fundamentação política do princípio: modelos de relação entre interesse público e interesse privado 73

1.2.1 Inexistência de hierarquia entre interesses público e privado: o bem comum transcendental 77

1.2.2 A concepção individualista de interesse geral no liberalismo oitocentista 81

1.2.3 Prevalência do interesse público sobre o privado: aportes do Estado Social e Democrático de Direito..... 96

1.3 Embasamento normativo-constitucional do princípio 108

1.3.1 A dupla função do interesse público no regime jurídico-administrativo: legitimação de prerrogativas e imposição de sujeições 109

1.3.2 Fundamentos constitucionais específicos..... 120

1.3.3 Interpretação sistemática da Constituição..... 124

CAPÍTULO 2 – A COMPOSTURA JURÍDICA DO PRINCÍPIO 129

2.1 Conceitos de *princípio jurídico* e a norma da supremacia do interesse público 131

2.1.1 As distintas compreensões acerca da categoria normativa “princípio” na doutrina brasileira..... 136

2.1.2	Princípio da supremacia do interesse público como “mandamento nuclear” do sistema jurídico-administrativo ..	144
2.1.3	Princípio como “mandamento de otimização” e o duplo caráter normativo da supremacia do interesse público	148
2.2	Noções de <i>interesse público</i> subjacentes ao princípio	152
2.2.1	A dúplici noção jurídica de interesse público	155
2.2.2	Interesse público em sentido amplo.....	162
2.2.3	Interesse público em sentido estrito.....	181
2.3	Supremacia do interesse público e suas distintas manifestações	194
2.3.1	Supremacia do interesse público em sentido amplo (interesses juridicamente protegidos) sobre o interesse privado (interesses não tutelados)	195
2.3.2	Prevalência do interesse público em sentido estrito (interesse geral) sobre interesses específicos (individuais ou coletivos).....	200
2.3.3	Requisitos indispensáveis à aplicação do princípio.....	206

PARTE II – A IMPROCEDÊNCIA DAS CRÍTICAS AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

CAPÍTULO 3	A PRETENZA IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO NA CATEGORIA NORMATIVA DE “PRINCÍPIO”	219
3.1	“Ausência de previsão normativa ou assento constitucional”	221
3.1.1	Existência de previsão normativa	222
3.1.2	Conteúdo de mandamento jurídico-normativo e não apenas de postulado ético-político.....	227
3.1.3	Respaldo do princípio no sistema constitucional brasileiro....	230
3.2	“Carência de conteúdo jurídico próprio (confusão com outros princípios)”	234
3.2.1	Um dos possíveis conceitos de princípio: “mandamento nuclear de um sistema”	236
3.2.2	Complementaridade e concordância prática dos princípios	239
3.2.3	Comparação com os princípios da dignidade da pessoa humana e da juridicidade administrativa	242
3.3	“Incompatibilidade com o princípio da proporcionalidade e com a técnica da ponderação”	247
3.3.1	A ponderação diante do duplo caráter normativo da supremacia do interesse público: norma-princípio e norma-regra	249
3.3.2	O exemplo do princípio da supremacia constitucional e a contradição em relação ao princípio da dignidade humana.....	259

3.3.3 O princípio da proporcionalidade e a supremacia do interesse público: compatibilidade e paralelo	266
--	-----

CAPÍTULO 4 – A SUPOSTA INUTILIDADE PRÁTICA DO PRINCÍPIO 273

4.1 “Ausência de significação jurídica (indeterminação/fluidez conceitual)”	274
4.1.1 Vagueza das expressões e a teoria dos conceitos jurídicos indeterminados	275
4.1.2 Possibilidade de determinação do conteúdo do interesse público	280
4.1.3 Existência de outros termos jurídicos igualmente indeterminados	285
4.2 “Interesses privados compõem o interesse público (indissociabilidade)”	290
4.2.1 Os conceitos de “interesse público” e de “interesse privado” adotados	291
4.2.2 Possibilidade de dissociação e contraposição entre interesses público e privado	293
4.2.3 Interesses “privados” que compõem o interesse público	297
4.3 “Pluralidade/heterogeneidade de interesses públicos”	300
4.3.1 Reconhecimento da pluralidade de interesses públicos e manutenção da utilidade do princípio da supremacia	302
4.3.2 A pluralidade de normas constitucionais e de direitos fundamentais	305
4.3.3 A dimensão principiológica da norma da supremacia: prevalência <i>prima facie</i> do interesse geral sobre os interesses específicos	307

CAPÍTULO 5 – O ALEGADO PERIGO DE LEGITIMAÇÃO DE PRÁTICAS AUTORITÁRIAS..... 311

5.1 “Desconsideração do indivíduo (vinculação ao organicismo ou ao utilitarismo)”	313
5.1.1 O personalismo solidário	314
5.1.2 A consideração do indivíduo	319
5.1.3 Interesses individuais como interesse público	323
5.2 “Incompatibilidade com o princípio da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais”	325
5.2.1 Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais como núcleo do interesse público	326
5.2.2 Restrição de direitos fundamentais deve ser razoável e proporcional	335
5.2.3 Necessidade de previsão normativa e compensação jurídica no caso de afastamento de interesses específicos (individuais ou coletivos) juridicamente protegidos	345

5.3 “Fundamento jurídico para a prática de arbitrariedades (‘razões de Estado’)”	350
5.3.1 Necessidade de motivação dos atos fundados na supremacia do interesse público	352
5.3.2 Possibilidade de controle judicial	358
5.3.3 Suposta concordância da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	363
CONCLUSÕES	369
1 Proposições objetivas	369
2 Encerramento	390
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	393
ÍNDICE DE ASSUNTO	415
ÍNDICE ONOMÁSTICO	421